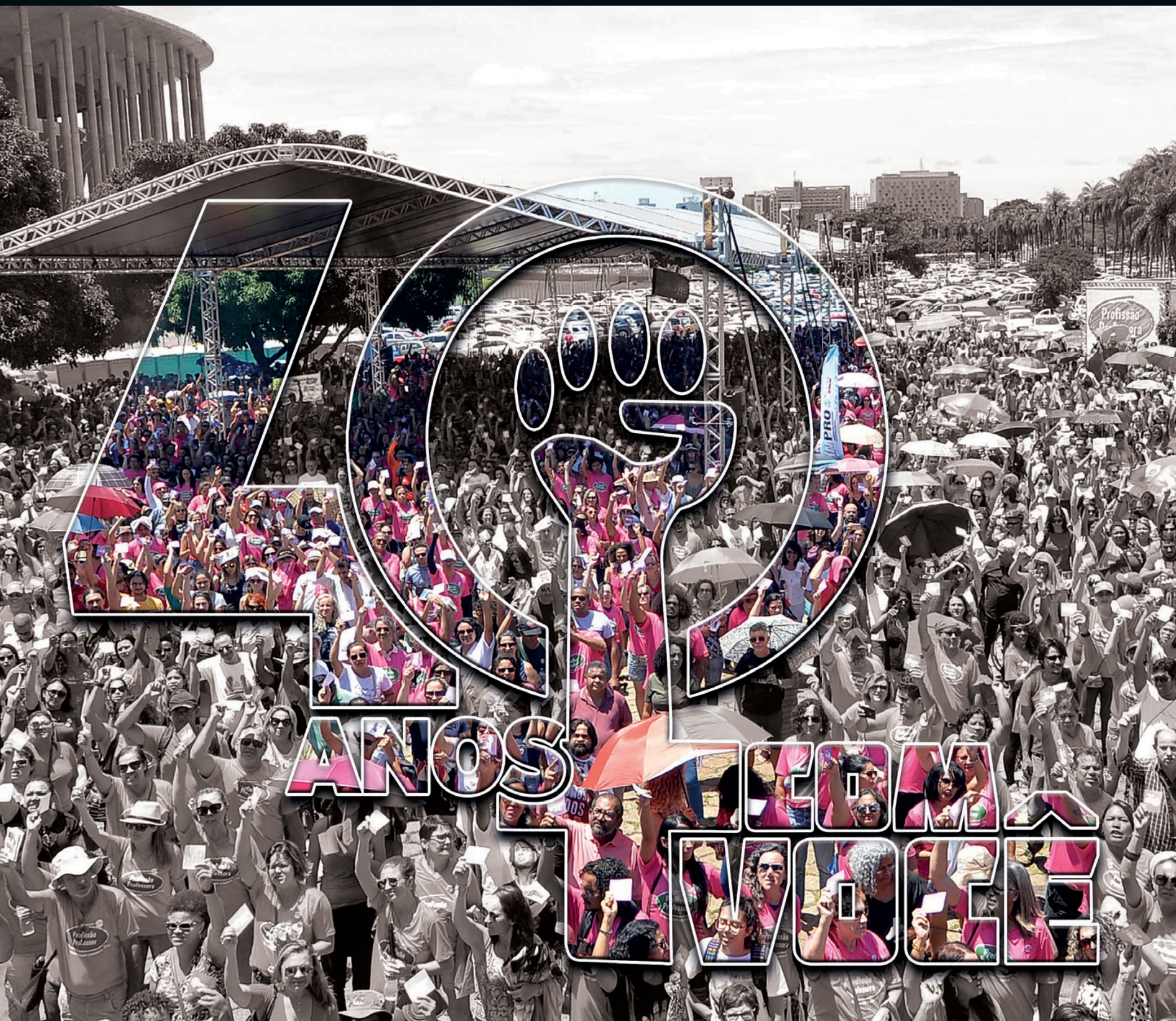
Quadro Negro

Especial

www.sinprodf.org.br

SINPRO DF
Filiado: CUT CNTE
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL ANO XL - Nº 205 / MARÇO DE 2019



EXPEDIENTE

Sinpro(sede): SIG , Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF
Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207
Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.
Telefax: 3562-4856 e 3562-2780
Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.
Telefax: 3556-9105
Subsede em Planaltina: Av. Independência,
quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.
Telefax: 3388-5144
Site: www.sinprodf.org.br
e-mail: imprensa@sinprodf.org.br
Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares,
Samuel Fernandes e Cláudio Antunes Correia (Coordenador)
Editor: Luis Ricardo Machado
Jornalistas: Carla Lisboa, Luis Ricardo Machado, Leidiane Souza e Ribamar Martins
Revisão: José Antônio de Oliveira
Diagramação: Samuel De Paula
Capa: Samuel De Paula
Fotos: Arquivo Sinpro, arquivo público, Deva Garcia, ECOM e Museu da Educação
Impressão: Palavra Comunicação
Tiragem: 45.000 exemplares
Distribuição gratuita. Permitida a reprodução,
desde que citada a fonte.

Secretaria de Administração e Patrimônio
Carlos Cirane Nascimento – Coordenador
Carlos de Souza Maciel
Nilza Cristina G. dos Santos

Secretaria de Assuntos dos Aposentados
Silvia Canabrava de O. Paula – Coordenadora
Marilange da Silva Vianna
Delzair Amancio da Silva

Secretaria de Assuntos Culturais
Thaís Romanelli Leite – Coordenadora
Eliceuda Silva de França
Ticho Lavenere

Secretaria de Assuntos Jurídicos Trabalhistas e Socioeconômicos
Dimas da Rocha Santos – Coordenador
Cássio de Oliveira Campos *(In Memoriam)*
Ilson Veloso Bernardo
Francisco de Assis S. Lima

Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras
Vilmara Pereira do Carmo – Coordenadora
Maria Goretti Oliveira Cunha
Ruth Oliveira Tavares Brochado

Secretaria de Finanças
Rosilene Corrêa Lima – Coordenadora
Berrnardo Fernandes Távora
Maria Cristina Sant'Ana Cardoso

Secretaria de Formação Sindical
Luciana Custódio de Castro – Coordenadora
Jairo Mendonça
Magnete Barbosa Guimarães (Meg)

Secretaria de Imprensa e Divulgação
Cláudio Antunes Correia – Coordenador
Cleber Ribeiro Soares
Samuel Fernandes da Silva

Secretaria de Raça e Sexualidade
Elbia Pires de Almeida – Coordenadora
Letícia Vieira Montandon
Jucimeire Barbosa da Silva

Secretaria de Saúde do Trabalhador
Manoel Alves da Silva Filho – Coordenador
Gilza Lúcia Camilo Ricardo
Alberto de Oiveira Ribeiro

Secretaria de Organização e Informática
Julio Barros – Coordenador
Luciano Matos de Souza
Solange Buosi

Secretaria de Política Educacional
Berenice Darc Jacinto – Coordenadora
Anderson de Oliveira Correa
Regina Célia T. Pinheiro

Secretaria de Políticas Sociais
Gabriel Magno Pereira Cruz – Coordenador
Hamilton da Silva Caiana
Yuri Soares Franco

CONSELHO FISCAL
Enóquio Sousa Rocha
Jailson Pereira Sousa
Joana Darc Ferreira Soares
Joana Brito M. Rodrigues
Misael dos Santos Barret

40 anos Com Você, Que venham os próximos 4

Movimento docente nasce antes da inauguração de Brasília 6

Pioneiros dão início à luta sindical 9

A luta venceu a repressão 13

Combativos desde sempre 15

Gestão Democrática: 1

19 Gestão Democrática: conquista da categoria

21 Vitórias superam a repressão

23 Aposentados na construção da história do Sinpro

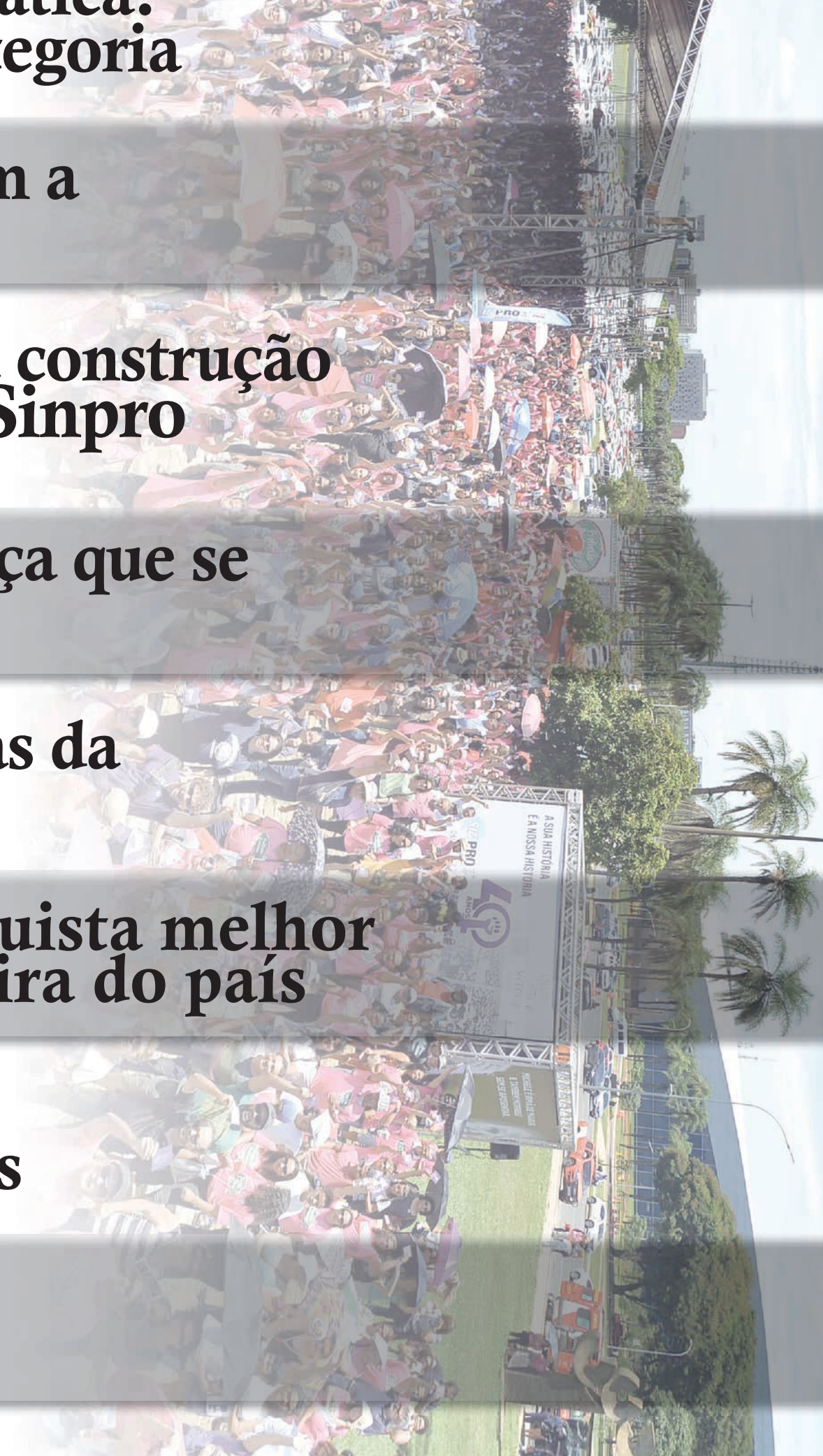
24 É na perseverança que se chega à vitória

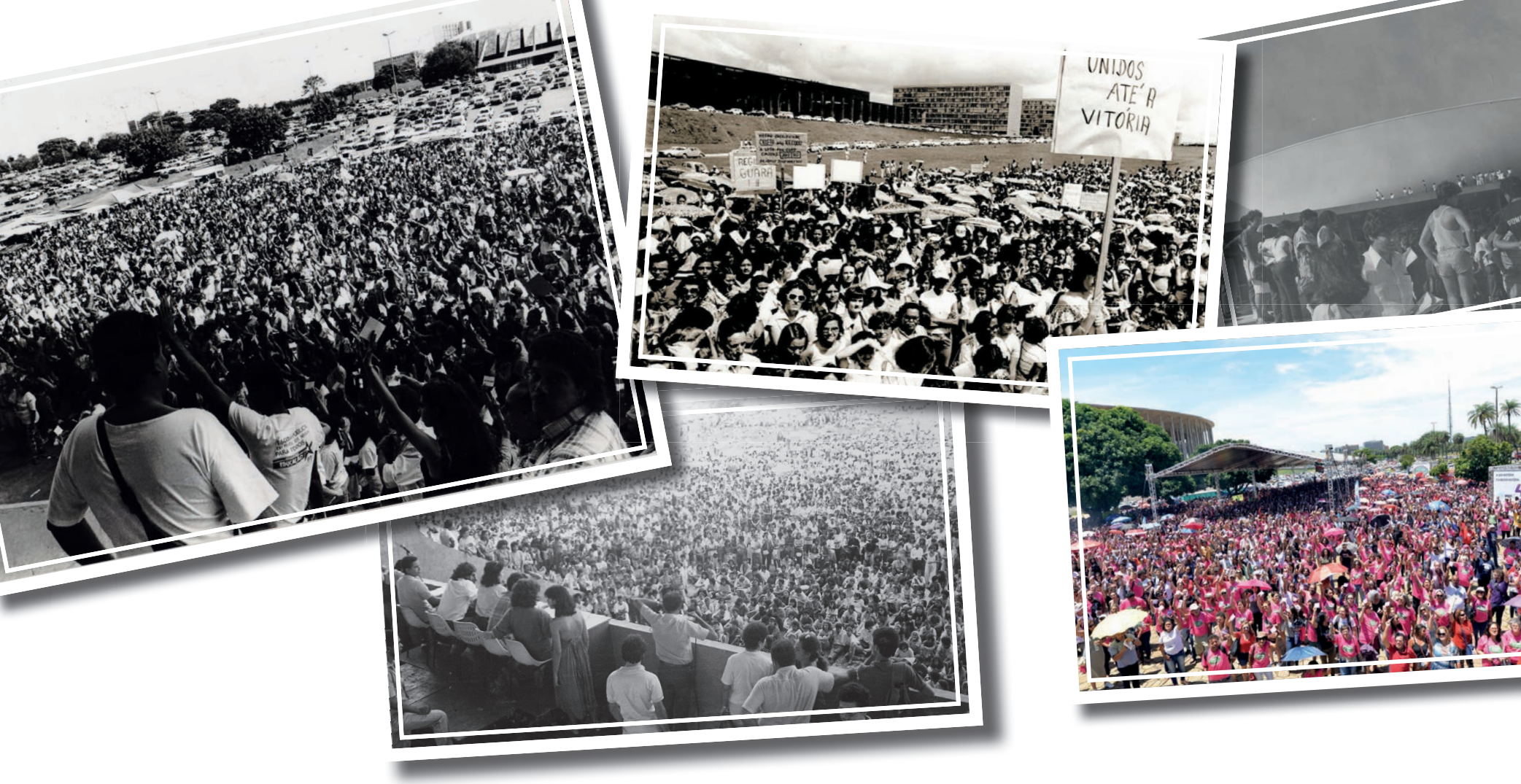
27 Greves históricas da categoria

30 Categoria conquista melhor Plano de Carreira do país

32 52 dias de luta e novas conquistas

34 Nenhum direito a menos





40 anos Com Você. Qu

Há 40 anos, o Sindicato dos Professores no Distrito Federal nascia fruto da necessidade que os(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais tinham de se organizarem de forma mais estratégica frente às lutas e reivindicações da categoria. Diante de um ideal revolucionário e tendo como base uma categoria vocacionada a defender e lutar por grandes pautas, o sindicato surgia em uma conjuntura em que a democracia havia sido violada (Ditadura Militar) e com a tarefa de resgatar a democracia para que os(as) trabalhadores(as) pudessem ter seus direitos respeitados.

No final da década de 1970 e meados de 1980 inicia-se no país um amplo processo de reestruturação da sociedade. Este período registra o enfraquecimento do regime militar e a reorganização de inúmeros setores da sociedade civil, que voltam aos poucos a se expressar e a se manifestar publicamente. É neste contexto que surge a Associação Profissional de Professores do DF (APPDF), que inicia a luta pela redemocratização do País e por condições salariais e de trabalho para os(as) profissionais do magistério público.

Na Ditadura Militar, realizamos a segunda greve No Brasil, o que trouxe como consequência a demissão de 39 professores(as), a destituição da diretoria do sindicato e uma intervenção federal militar. Mesmo sob intervenção, os(as) professores(as) não desanimaram e quando a instituição saiu da interferência militar, deu-se início a lutas históricas, exemplo da estrutura do Plano de Carreira e da Gestão Democrática, que são dois pilares para a conquista de melhores condições de trabalho e por uma educação pública de qualidade.

Com a Constituição Federal de 1988, fruto da defesa de parlamentares de esquerda, o estado brasileiro foi obrigado a formular planos de carreira que estruturassem e assegurassem aos(às) professores(as) os direitos mínimos, constituindo, portanto, a carreira magistério, que compreende uma valorização progressiva ao longo do tempo, que é o conceito básico da nossa profissão. E as conquistas continuaram.

No governo de Joaquim Roriz, conquistamos o primeiro Plano de Carreira (1989), que ao longo de várias lutas e greves foi sendo aperfeiçoado. Com os planos de carreira, tivemos a criação de gratificações históricas, como a Gratificação de Regência de Classe (atual GAPED); as gratificações de alfabetização; e a Gratificação de Dedicação Exclusiva.

Outro avanço não somente para a Profissão Professor, mas para o Distrito Federal como um todo, foi a luta pela autonomia econômica e financeira da capital federal.

ue venham os próximos

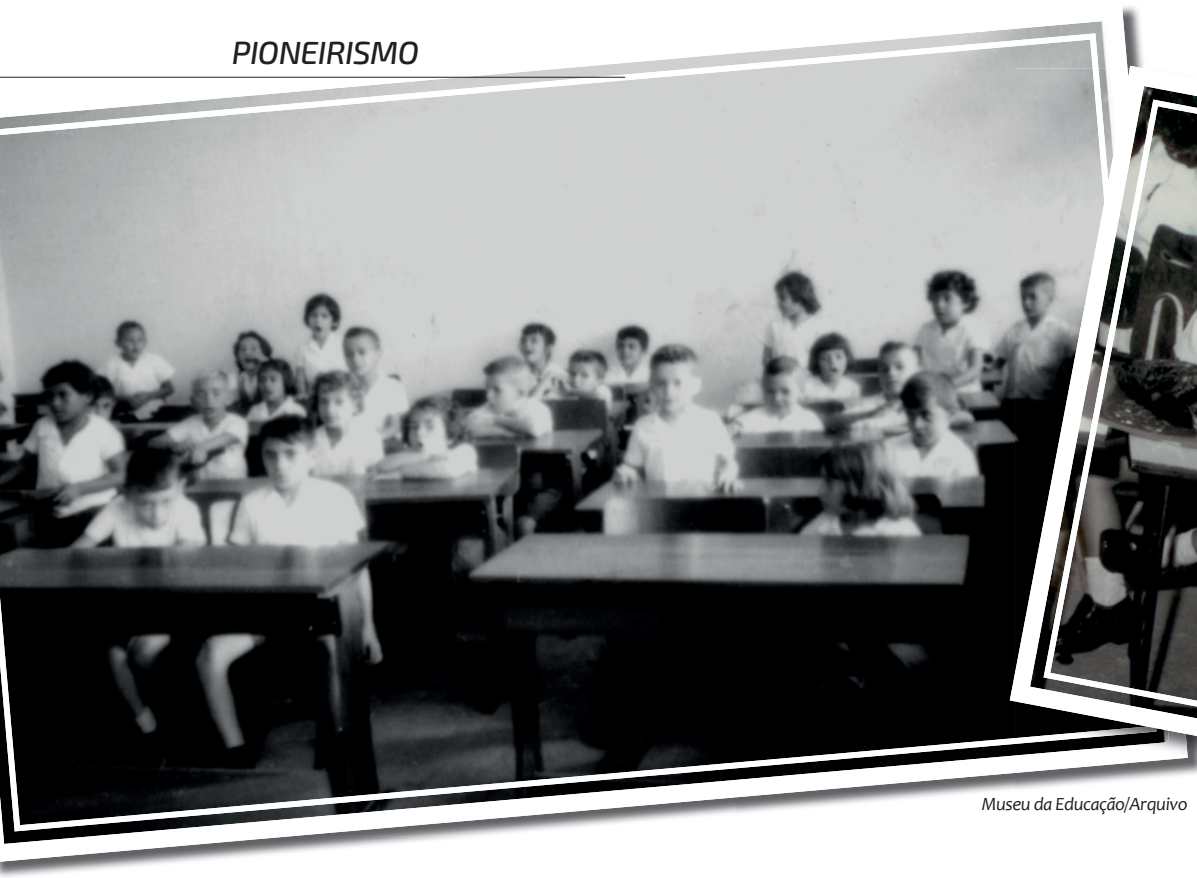
No processo de redemocratização do País, nossa categoria lutou para que o DF tivesse essa autonomia política, que nasce junto com a Constituição, e a financeira. Cientes dessa necessidade, incluímos na nossa pauta de reivindicações a criação do Fundo Constitucional, que daria condições de o GDF estabelecer um novo patamar de salários para três grandes áreas (Educação, Saúde e Segurança), e deixar de ser dependente do governo federal.

Com a criação do Fundo em 2002 e início do exercício no ano seguinte, damos início às negociações do segundo Plano de Carreira, onde tivemos novas conquistas, exemplo do Recesso Escolar; da criação de novas gratificações, que com o tempo foram incorporadas; o reajustes salariais; e o retorno da progressão anual da carreira. Nos anos seguintes, conquistamos mais dois planos de carreira (2007 e 2013) e com eles a lei do reajuste anual do auxílio-alimentação, a lei do auxílio saúde, a incorporação da TIDEM e outros reajustes salariais.

Tudo isto mostra que o Sinpro é um sindicato que cuida dos mínimos detalhes da vida profissional do(a) educador(a), mas também se preocupa com a educação pública, para que seja sempre um referencial social na mudança de vida da nossa população.

Para os próximos 40 anos, o grande desafio continua sendo a educação pública do Distrito Federal e do Brasil. Nossa luta é impedir o processo de criminalização da Profissão Professor, que foi uma artimanha criada pela direita para implementar políticas de mordaça à educação; políticas de terceirização; e para o próprio processo de intervenção militar nas escolas públicas; mecanismos que tentam esterilizar socialmente a comunidade. Além disso, o cumprimento do Plano Distrital de Educação (PDE), especialmente a Meta 17, que define que temos de chegar à média salarial com as carreiras públicas de nível superior do Distrito Federal, é outro desafio que teremos pela frente. No cenário nacional, a luta contra a reforma da Previdência estará no centro de nossas manifestações.

Nessas quatro décadas de história já vencemos grandes desafios e venceremos os que vierem a surgir. Nossa trajetória tem sido escrita sob um enredo de muita luta, determinação, disposição e união, e é **Com Você** que conquistaremos muitas outras vitórias, sempre pelo bem da educação pública, pela valorização da carreira magistério, da população brasiliense e por um país mais fraterno, justo e igualitário.



Museu da Educação/Arquivo

Museu da Educação/Arquivo

Movimento docente nasce antes da inauguração de Brasília

Com o sonho de criar uma escola pública de qualidade e implantar uma educação revolucionária na nova capital federal, professores(as) dão início aos novos desafios, sem esquecer a luta por seus direitos

Muito antes da fundação do Sinpro, em 1979, ainda no fim dos anos 1950, o movimento docente do Distrito Federal entendeu que somente com união e unidade a categoria superaria as dificuldades e conquistaria direitos. O Sinpro foi criado do âmago das lutas da classe trabalhadora no fim dos anos 1970, durante o terceiro ano do governo do general Ernesto Geisel, e num período da ditadura conhecido como o da "distensão lenta, gradual e segura".

Nos últimos anos da década de 1950, o grupo de professores(as) que atuavam na capital em construção criou duas associações para defender os interesses da classe: a Associação de Professores do Ensino Médio e a Associação de Professores do Ensino Primário.

Primeiras barreiras pela frente

A ideia de uma nova educação com base nos ideais de educadores como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire contrariava os interesses de quem estava no poder. Nasciam então as primeiras barreiras para que o sonho dos(as) pioneiros(as) da educação na nova capital federal saísse do papel e se tornasse realidade.

Museu da Educação/Arquivo

Museu da Educação/Arquivo

Museu da Educação/Arquivo

Museu da Educação/Arquivo

Museu da Educação/Arquivo

Museu da Educação/Arquivo

Museu da Educação/Arquivo

Pioneiros dão início à luta sindical

Um dos primeiros embates travados pelos(as) pioneiros(as) com o governo foi pelo direito à moradia, promessa feita pelo GDF. Diante de todo este processo nascem as primeiras associações de professores(as) do DF

A história da representação dos(as) professores(as) pioneiros(as) da capital do país nasceu mais de duas décadas antes, junto com a própria cidade. Com a chegada dos(as) primeiros(as) trabalhadores(as) e suas famílias, a partir de 1957, fez-se necessária a criação de escolas provisórias para acolher as crianças que vinham de todas as partes do país.

De acordo com o Museu da Educação do Distrito Federal, a história dos(as) educadores(as) de Brasília teve início em 1959, com o surgimento e andamento do sistema educacional de Brasília. Na época, a população já contava com mais de 100 professoras(es) primárias(os) e 4.682 crianças matriculadas em 18 escolas primárias e três jardins de infância.

Independente do governo, manifestações pelo cumprimento de promessas e pelo respeito aos direitos da categoria eram feitas desde o início da trajetória da educação no Distrito Federal. Na foto abaixo, professores(as) se reuniam na Praça dos Três Poderes

A luta por uma escola pública, plural e democrática sempre foi uma das tônicas da nossa categoria ao longo das décadas.

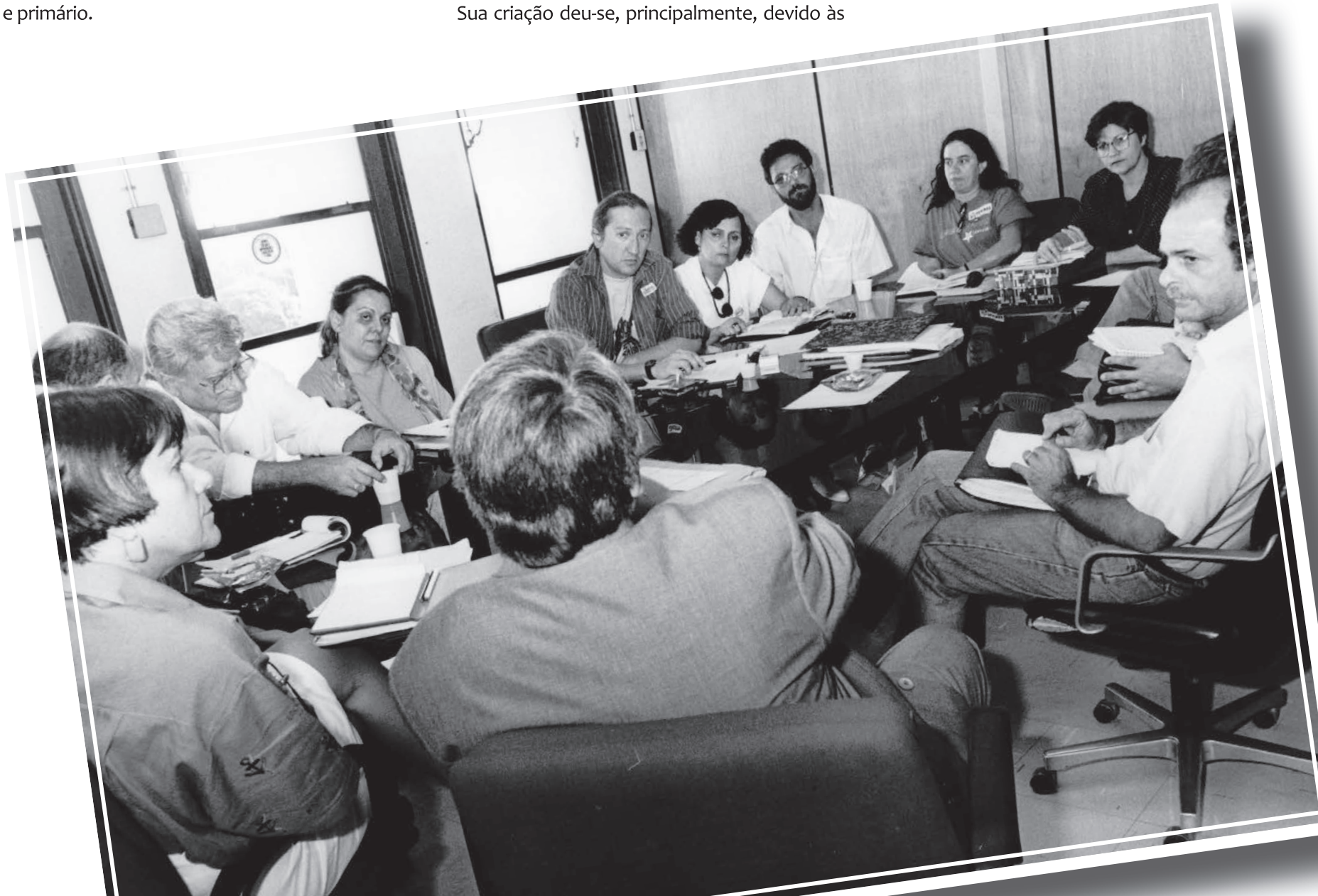
Diante de retrocessos e do desrespeito por parte do governo, nossa resposta sempre foi a unidade. Ao lado, uma das várias greves realizadas pelos(as) professores(as). Na imagem acima, reunião com a categoria mostra que a luta nunca para.

Assim, em 2 de dezembro daquele ano era instituída a primeira Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), que nasceu com o objetivo de regularizar a situação da educação, conforme o Decreto nº 47.472.

No início de 1960, logo após a criação da CASEB, foi realizado um concurso nacional para seleção dos(as) primeiros(as) professores(as) de ensino médio e primário.

Diante dos avanços educacionais daquela época e da necessidade de uma entidade representativa para a categoria, surgia, em 15 de outubro de 1960, a Associação de Professores Primários do DF, e apenas um ano depois, em 27 de agosto de 1961, a Associação de Professores de Ensino Médio do DF. A instituição era o embrião do que viria a ser o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro).

Sua criação deu-se, principalmente, devido às



Nem mesmo a Ditadura Militar foi capaz de parar ou calar os(as) professores(as). Em meio ao regime autoritário e antidemocrático dos militares, atos e manifestações eram feitos em todo o Distrito Federal.

promessas feitas aos(às) professores(as) pioneiros(as) de que lhes seria concedida moradia, promessa não cumprida pelo governo.

O primeiro presidente da Associação de Professores foi Mário Coutinho, depois, Eldonor Pimentel e, em seguida, Fábio Bruno. Quando começou o movimento pela sindicalização, os militares deram o golpe de 1964. Nessa época, inspirada pelas ideias de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire, os(as) professores(as) desenvolviam uma nova educação que transformou o ensino público do DF em modelo para o país.

Em entrevista para o Museu da Educação, o professor pioneiro Eldonor Pimentel contou que em termos salariais, o governo cumpriu as promessas, mas a dos apartamentos, não. "Os apartamentos que eles nos destinaram, todos nos blocos JK, eram pequenos para uma boa parte dos professores que tinham família grande. O governo federal, a quem a educação do Distrito Federal era submetida, oferecia quitinetes com apenas um quarto e uma sala. Questões como as dos imóveis é que levaram os professores a uma discussão mais séria. Começamos a nos organizar e daí é que surgiu, nos anos 1960, uma Associação dos Professores, em razão desses problemas. Toda noite nós nos reuníamos: existiam dois blocos contínuos e nós então fazíamos reuniões toda noite na casa de um, na casa de outro, para discutir essas questões. Foi surgindo uma efervescência dessas questões", conta Eldonor Pimentel.

Já a professora pioneira Renée Gunzburger Simas, também entrevistada pelo Museu da Educação, contou que os primeiros conflitos entre a categoria docente e o governo ocorreram antes da inauguração da capital, quando o governo não cumpriu as promessas contidas no primeiro edital do concurso para o magistério, notadamente sobre a distribuição de apartamentos funcionais aos(às) professores(as).

O professor Armando Hildebrand, chefe da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), órgão do Ministério da Educação (MEC) que administrava a educação do Distrito Federal na época, dizia, segundo depoimento de Renée, que a dignidade de uma moradia fazia quem estava dentro, que você podia morar na favela, mas com dignidade. "Só que eles não moravam, e, além disso, existiam apartamentos vazios. Uma vez, numa reunião realizada num apartamento da 307, ele perguntou: 'Por acaso vocês querem um apartamento desses?' Queremos, lógico", contou.

Em 11 de dezembro de 1961, a Associação Profissional dos Professores Secundários e Primários de Brasília (APPESPB) obtém registro junto à Delegacia Regional do Trabalho de Brasília. Desde aquela época os(as) professores(as) já falavam na construção de um sindicato. Porém, com o golpe militar de 1964, a Associação foi extinta e só em 1975, após 12 anos de silêncio e repressão, os(as) educadores(as) retomam sua organização e um grupo de 38 professores(as) funda a Associação Profissional dos Professores do DF (APPDF).

A luta venceu a repressão

Professores(as) ficaram doze anos proibidos(as) de se organizarem como associação, por imposição da Ditadura Militar. Em 1976, voltaram a se reunir fora da clandestinidade como Associação Profissional dos Professores do Distrito Federal. Dois anos depois, era criada a Associação Profissional dos Professores do DF

Nem mesmo a Ditadura Militar foi capaz de frear a luta e os ideais dos(as) professores(as). No ano de 1964, os ecos do regime militar reduziram os sindicatos a meras agências assistencialistas, inclusive como braços do Estado nas questões de saúde e Previdência Social. O resultado disso foi o fato da Associação dos Professores do Ensino Médio ter sido declarada ilegal pelo regime, retornando suas atividades em 1976, desta vez, como Associação de Profesores doDistrito Federal.

Já em 1978, a antiga associação se transfor-

ma em Associação Profissional dos Professores do Distrito Federal. Mesmo diante do avanço, os anos se passaram e a necessidade de união da classe trabalhadora se tornava cada vez mais evidente. O regime militar, caracterizado pela falta de democracia, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política, repressão, censura e tortura, dava lugar à reorganização de inúmeros setores da sociedade civil, que voltam aos poucos a se expressar e a se manifestar publicamente, dando início ao processo de redemocratização.

No final da década de 1979, as professoras e os professores se mobilizaram para a defesa dos nossos interesses. A criação do Sinpro ocorreu no dia 14 de março do mesmo ano

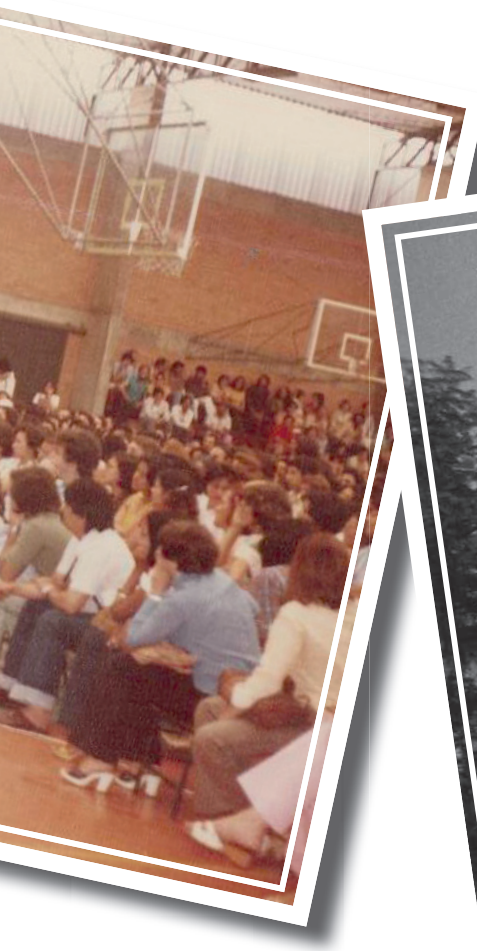
Combativos desde sempre

Ministério do Trabalho autoriza criação do Sinpro em 1979 e no mesmo ano os(as) professores(as) fazem a segunda greve no Brasil durante a Ditadura Militar. Trinta e nove grevistas foram demitidos(as) e o sindicato sofreu uma intervenção militar, com a diretoria sendo substituída por uma junta intervencionista até 1980. A partir daí, o sindicato se tornou uma potência, sendo reconhecido em todo o país

No dia **14 de março de 1979**, a então Associação Profissional de Professores do Distrito Federal (APPDF) recebia, do Ministério do Trabalho, carta autorizando a criação do Sindicato dos Professores no DF (Sinpro-DF). Apesar de parecer uma mera formalidade, a troca do nome da nossa entidade de representação ampliou a área de

Em 1979, as(os) professoras(es) realizaram a segunda maior greve do país durante o período regido pela Ditadura Militar. Foto abaixo mostra a participação maciça das mulheres nas decisões relacionadas ao magistério público.

Durante os períodos de greve, a categoria realizou diversas assembleias para avaliar as propostas do governo, como mostram as imagens.



atuação, abrangendo a representação política da categoria e a defesa dos seus interesses nas esferas judiciais e extrajudiciais.

Em seu primeiro movimento já como uma entidade sindical, os(as) professores(as) deflagraram, em plena Ditadura Militar, a segunda greve no Brasil realizada no regime militar. O primeiro movimento grevista ocorreu em São Paulo, pelos metalúrgicos do ABC, liderado pelo metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. Em retaliação à greve do magistério, os militares demitiram 39 professores(as) em maio de 1979; o Sinpro sofreu intervenção federal-militar e a diretoria eleita foi destituída. Entre eles estava Olímpio Gonçalves Mendes, primeiro presidente do Sindicato dos Professores no Distrito Federal.

Olímpio conta que neste período uma junta interventora foi instalada até a eleição e posse da nova diretoria, fato que só ocorreu em 21 de julho de 1980. Foram nove meses de intervenção militar. "Nessa greve nós reivindicávamos uma longa pauta, que tinha pontos como o reajuste salarial. Nós fazíamos as reivindicações junto à Fundação Educacional do DF e conseguimos várias situações que favoreceram a categoria, como o incentivo funcional", lembra Olímpio.

Naquele período, o(a) professor(a) trabalhava por hora/aula e graças à luta do Sinpro e de toda a categoria, o magistério público conquistou um contrato de 40h. Além disso, foi conquistado 40% de reajuste salarial junto ao governador da época, Elmo Serejo. As vitórias vieram, mas junto chegaram as retaliações por parte dos militares. "Eles (militares) não admitiam greve e fizemos uma de 30 dias. O resultado foi a demissão de 39 professores, entre eles, eu. Por meio de negociações conseguimos que 36 professores voltassem, mantendo a punição para mim, como presidente, Márcio Baiocchi e a Everli (mulher do Márcio). Pela lei, eu não poderia ser demitido, mas mesmo assim me demitiram da Fundação Educacional e me tiraram do sindicato por meio de intervenção", explica o hoje professor aposentado Olímpio Gonçalves.

O regime militar criou uma junta governativa no sindicato, formada por três integrantes civis e de confiança do regime. Em 1980 o sindicato entrou na Justiça do Trabalho, mas mesmo assim a presidência não retornou para as mãos da categoria. A vitória só aconteceria no final de 1985, quando Olímpio conseguiu voltar por meio de uma Transição Democrática. "A greve foi muito importante porque a partir dela nós conquistamos direitos e vieram os benefícios, graças à luta da categoria. Eles reconheceram a luta com aumento de salário, melhoria de escolas e melhorias no desempenho do trabalho. A categoria ficou respeitada e o sindicato se tornou

uma potência", explica Olímpio.

O resultado da greve e os avanços conquistados elevaram o Sinpro para uma entidade respeitada em todo o país. Segundo Olímpio, a partir daí as lideranças sindicais puderam participar das eleições e as coisas começaram a se normalizar. "Começamos como Associação, que era civil, depois veio a Associação Profissional dos Professores, e por fim a criação do Sinpro, que era uma reivindicação da nossa categoria. O sindicato surgiu da necessidade que a categoria tinha de lutar por melhorias para todos. O surgimento do sindicato foi de grande importância porque o Sinpro sempre lutou pelos direitos dos professores e sempre representou a categoria em todos os setores que ele comparecia para reivindicações. São 40 anos de vitórias. É certo que algumas vezes não avançamos, mas nunca nos curvamos diante dos problemas", comemora Olímpio Gonçalves Mendes, primeiro presidente do Sinpro.

A mobilização de todos(as) os(as) professores(as) foi fundamental para a construção de uma cultura democrática dentro das escolas públicas do Distrito Federal.

Gestão Democrática: conquista da categoria

Lei que garante eleições diretas para as direções das escolas foi aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal em 2012, graças à luta da categoria e do Sinpro. Gestão passou a ser incorporada como princípio basilar dos processos educativos escolares

A vocação do magistério público para a Gestão Democrática vem desde a construção da capital, em 1960. No mesmo ano, a Escola Julia Kubitschek vivenciou a primeira experiência da gestão quando oito professoras da escola se revezavam para dirigir o primeiro modelo. Após o revezamento, elas elegeram a 1° diretora. Em 1985 temos uma segunda experiência com as eleições para as direções de escolas e dos complexos escolares (atualmente conhecido como Coordenação Regional de Ensino).

Suspenso em meados de 1990, o 3° momento da Gestão Democrática ocorre em 1995, permanecendo até 1999, quando as eleições são novamente suspensas. Em 2012 a comunidade tem acesso ao 4° momento, quando as eleições diretas para gestão da escola são retomadas através da Lei n° 4751/12.

Durante o processo constituinte, houve grande mobilização dos(as) educadores(as) para que a gestão fosse incorporada como princípio basilar dos processos educativos escolares, nos termos do art. 206 da Constituição Federal de 1988. Naquele momento,

Uma Gestão Democrática nas escolas públicas foi pauta de vários atos, manifestações, assembleias e reuniões entre representantes do Sinpro e do governo local, como atestam as imagens.

de redemocratização do país, urgia estabelecer instrumentos de construção de uma cultura democrática. Os processos e sujeitos dessa (nova) cultura passavam pela aliança entre educação e promoção da cidadania, tendo a escola como entidade privilegiada.

"Falar em Gestão Democrática é acreditar em uma educação com relevância social e, logo, em uma escola construída a partir da ação coletiva. Assim, se o propósito for formar cidadãos honestos e responsáveis, a gestão é a política mais necessária para qualquer administrador escolar", ressalta a professora Olgamir Amância.

Vitórias superam a repressão

Os anos de 1986 a 1992 foram marcados por conflitos envolvendo os(as) professores(as), o que convergiu para a filiação do Sinpro à CUT. Período foi marcado pela maior greve da história da categoria, pela criação da Secretaria dos Aposentados e por inúmeras vitórias

Durante a Ditadura Militar, que vai dos anos de 1986 a 1992, a união com uma central que reunisse toda a classe trabalhadora era fundamental.

Este debate teve início ainda em 1983, quando discutia-se em todo o país a criação dessa entidade, onde toda categoria fosse unida em torno da ideia da luta de classes. No mesmo ano surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que teve a participação de vários(as) professores(as) em sua criação. Três anos depois, em 1986, o Sinpro se filiava à CUT, surgindo assim a primeira diretoria alinhada à entidade.

Para a diretora do Sinpro Rosilene Corrêa, a filiação de sucesso do sindicato à CUT se deu pelo perfil da categoria. "Entender que pertencemos à classe trabalhadora e da importância de estarmos organizados dentro de uma estrutura vertical é compreender que estamos ligados a uma central, que articula políticas de interesse de todos os trabalhadores e também do ramo da educação".

Os anos seguintes foram de batalhas históricas, o que culminou na maior greve da história da categoria. Diante de uma série de embates com o governo local e de poucos avanços em temas de nossa pauta, em 1992 os(as) professores(as) deflagram o movimento paredista que duraria mais de 104 dias.

Mesmo durante a repressão realizamos a maior greve da nossa história. Uma das conquistas foi a criação da Gratificação em Atividade de Dedicação Exclusiva em Tempo Integral - TIDEM

Mesmo após o fim da Ditadura Militar, a repressão da polícia ainda era grande para conter atos populares e manifestações reivindicatórias. Em uma das ações do GDF para acabar com o movimento paredista, a cavalaria da PM passou por cima de vários(as) professores(as) e diretores(as) do Sinpro (foto acima).

As conquistas foram obtidas graças à unidade e ao espírito de luta da categoria, mas, também, de suor e sangue. Em uma das ações promovidas pelo Governo do Distrito Federal para forçar o fim do movimento paredista, a cavalaria da Polícia Militar passou por cima de diretores(as) e professores(as) durante uma manifestação. Maria Luíza Cordeiro, militante da época, conta que diretores(as) do sindicato foram arrastados(as) pelo asfalto. Ela explica que a categoria estava protestando na Esplanada, na altura do Ministério da Fazenda, e o pleito era por reajuste salarial, em um período complexo com alto índice de inflação. O movimento nas ruas foi divulgado na imprensa como 'badernaço '. "Nesse dia, a cavalaria foi estupidamente para cima de todos(as) que estavam fazendo pacificamente suas reivindicações. Todos(as) se machucaram muito. Estávamos sentados no gramado quando tudo começou. Só vi gente correndo em desespero em direção à rodoviária", relata.

O deputado distrital Chico Vigilante, primeiro presidente da CUT, lembra que o episódio chochou a todos(as) pela brutalidade. "Eu participei de diversas lutas do Sinpro, como greves, assembleias, atos e paralisações. Desse extenso histórico de luta, um momento que ficará para sempre em minha memória foi o triste episódio em que a Cavalaria da Polícia Militar passou por cima dos professores. Foi um episódio tenso de luta da categoria", relembra Vigilante. "Foi um momento muito triste para todos nós. Apesar desse fatídico episódio de brutalidade e arbitrariedade, o Sinpro continua até hoje sendo farol na luta dos trabalhadores do DF. São 40 anos de história concluídos com muita maturidade e muito mais disposição de luta. Sou feliz por ter feito parte dessa linda trajetória", explica Chico Vigilante.

Aposentados na construção da história do Sinpro

O sindicato continuará valorizando os(as) aposentados(as) que, com dignidade e muita responsabilidade, engrossam diariamente a luta em defesa dos direitos

Em 1992, nascia também a Secretaria de Assuntos para Aposentados do Sinpro com um único objetivo: oferecer aos(às) aposentados(as) um atendimento específico e prioritário. Após uma análise feita pela diretoria, verificou-se que mesmo após a aposentadoria os(as) profissionais tinham muito a contribuir, pois a vasta experiência de cada um era fundamental para o fortalecimento dos movimentos de luta.

Um nome que jamais poderia passar despercebido é o de Isabel Portuguez. Sua atuação conquistou a confiança e resgatou muitos(as) aposentados(as) para a luta. "Continuaremos valorizando os aposentados, pessoas essas que com muita dignidade e responsabilidade contribuíram na formação de grandes cidadãos, e que continuam dispostos a lutar por um mundo melhor, pela manutenção dos nossos direitos e pelo fortalecimento da nossa entidade. O nosso lema é: Aposentado sim! Inativo, nunca", finaliza Silvia Canabrava, coordenadora da pasta.

Pela segunda vez a categoria lutava pela Gestão Democrática com a concepção da importância da participação de todos os segmentos. Na imagem acima, manifestação em frente ao Palácio do Buriti

É na perseverança que se chega à vitória

Período de 1995 a 2000 foi de grandes vitórias para a categoria. Entre elas a conquista, pelo terceiro momento, da Gestão Democrática, e a universalização da Jornada Ampliada. Vitórias vieram após muita luta e reivindicação

A luta e a perseverança dos(as) professores(as), orientadores(as) educacionais e do Sinpro ao longo da nossa história sempre foram os diferenciais para todas as conquistas alcançadas nessas quatro décadas. O período que vai de 1995 aos anos 2000 não poderia ser diferente, e após embates travados com o Governo do Distrito Federal, obtivemos vitórias importantes para a carreira magistério público.

A primeira batalha ocorreu em 1995, quando conquistamos, pela segunda vez, a Gestão Democrática. Foi um momento de muita efervescência do movimento sindical e da educação. Desde o início de sua existência, o Sinpro-DF pôs em discussão a concepção da gestão como instrumento de democratização da escola, um espaço que é público, e de colocar todos os atores do processo ensino–aprendizagem para definir os rumos da escola, discutir a

Nos primeiros momentos, os(as) professores(as) elegem diretores(as), conselheiros(as) escolares e diretores(as) regionais de ensino. Processo foi se aprimorando com o tempo e após muito debate.

proposta pedagógica e participar, efetivamente, do dia a dia da escola.

Mas nos anos 2000, o governador Joaquim Roriz não respeitou essa decisão da comunidade escolar e suspendeu o processo de Gestão Democrática. Eliminou não só a gestão nas escolas, mas também todos os conselhos. Implantou uma guerra e mostrou, realmente, a face autoritária que ele sempre teve. Foi um governo muito difícil, com muito conflito com o movimento sindical e com a categoria docente. No dia da votação dessa suspensão, a categoria ocupou o Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Luta contra a privatização da Vale do Rio Doce

Foi um movimento amplo dos(as) trabalhadores(as), coordenado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). O Sinpro-DF sempre foi um sindicato de vanguarda e pensou a luta dos(as) trabalhadores(as) não só dentro dos muros das escolas e das paredes do sindicato, mas sempre com a clareza de ser uma entidade que faz parte de uma classe, a classe trabalhadora.

Em meio a esta luta e a tudo que a empresa representava para o Brasil, em 1997 milhares de trabalhadores(as) realizaram manifestações e atos contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce nos quatro cantos do país. No Rio de Janeiro, professores(as) e orientadores(as) educacionais foram às ruas combater a política neoliberal que ameaçava uma das maiores riquezas do povo brasileiro.

Jornada Ampliada

Jornada ampliada para estudante e coordenação pedagógica para professor(a) é um avanço da escola pública do Distrito Federal. Foi uma das principais lutas da categoria na década de 1980. Nesse momento histórico, havia apenas um turno por semana para a coordenação pedagógica, que é um período precioso para o(a) professor(a) organizar o seu trabalho, fazer planejamentos, discutir, estudar e refletir sobre seu trabalho. Ela foi instituída no ano de 1996 e universalizada em 2000.

A jornada ampliada para o estudante e a coordenação pedagógica para o(a) professor(a) é um mecanismo de aprimoramento. Porém, naquela época havia somente um turno por semana para isso, um tempo muito exíguo. Foi um momento muito difícil porque o segmento da alfabetização

Sindicatos, trabalhadores(as) e representantes de várias entidades participaram de atos contra a privatização da Vale do Rio Doce.

Luta pela aprovação da Jornada Ampliada mobilizou a categoria, como mostra imagem ao lado. Professores(as) lotaram a galeria da antiga Câmara Legislativa do Distrito Federal. Foto abaixo relata ocupação feita por educadores na sede do governo.

exige a presença do(a) professor(a) e ela não tinha as condições necessárias, objetivas e materiais para planejar e organizar este trabalho. É considerada a conquista mais importante no campo pedagógico, para assegurar a qualidade do ensino, e mais significativa do ponto de vista político-pedagógico e sindical para esta categoria.

Do ponto de vista pedagógico porque, ao se ampliar a jornada escolar para o estudante, a sociedade, os(as) profissionais e o sindicato proporcionam maior tempo e qualidade de ensino para que essa criança possa se desenvolver integralmente e ter garantidas a suas aprendizagens. Isso é importante porque se recupera a função social da escola e ter o direito a essas aprendizagens garantidas a todos(as) estudantes é o princípio inegociável quando se fala em educação pública.

Do ponto de vista político, é também importante porque quando se fala em coordenação pedagógica, é um espaço – tempo de organização coletiva dos(as) professores(as) – no sentido de pensarmos o trabalho pedagógico da escola, o planejamento, a avaliação da escola, do currículo, o tempo para estudar etc. Essa organização tem um sentido político porque quando conseguimos realizar essas ações de forma qualitativa, integrada e coletiva, reverbera na melhoria da qualidade das aprendizagens ofertadas aos(às) estudantes. Isso garante uma formação mais integral, emancipatória, que oferece a esses estudantes a possibilidade de executarem mudanças na própria vida.

Greves históricas da categoria

Movimento paredista realizado pelos(as) professores(as) em 1992 durou 72 dias e trouxe conquistas à categoria. Entre as vitórias estavam 10% de reajuste salarial, o retorno do pagamento do auxílio-alimentação e a incorporação da Gratificação de Titularidade

A história de luta do Sinpro-DF é marcada por períodos de extensas greves, que ficaram na memória de toda a categoria. Os movimentos paredistas foram fundamentais para construir a marca de uma entidade combativa do sindicato.

De acordo com o professor Antônio Lisboa, ex-diretor do Sinpro-DF e que atuou na direção da entidade por dois mandatos, a primeira greve mais longa da história da categoria aconteceu em 1992. Naquele ano, o magistério realizou 72 dias de greve no primeiro semestre e 32 dias no segundo semestre, totalizando mais de 100 dias de movimento paredista, sem contar as diversas paralisações ocorridas.

"O ano de 1992 foi, sem dúvidas, marcante para toda a nossa base. Além da maior greve da nossa história, foi o ano do impeachment de Fernando Collor. O afastamento do ex-presidente contou com participação massiva da categoria no chamado "domingo negro", em que Collor convocou a

Unidade da categoria foi crucial para que conquistássemos o reajuste salarial, o retorno de pagamento de auxílio-alimentação e a incorporação da Gratificação de Titularidade.

população para ir para as ruas de verde e amarelo, porém, todos(as) foram vestindo preto, em sinal de protesto", explica.

O legado de extensas greves realizadas pelo Sinpro-DF não param por aí. Em 2002, os(as) professores(as) realizaram um movimento paredista que durou 54 dias, e essa foi a primeira vez que foi usada a estratégia da contagem regressiva. De acordo com Lisboa, o sindicato utilizava os meios de comunicação e publicidade para alertar a população e o governo. A greve de 2002, por exemplo, foi anunciada por meio da contagem regressiva, ainda em 2001.

O que mais marcou esta mobilização foi a greve de fome da categoria, realizada na Catedral de Brasília. Os(as) professores(as) realizaram uma grande mobilização na Catedral e, paralelamente, também foi decretada greve de fome no Salão Verde do Congresso. "Havia um terceiro passo que queríamos fazer, mas não foi muito divulgado. Na

Uma das reivindicações da categoria era o reajuste salarial, proposta prometida e descumprida pelo governador da época

Várias reuniões foram realizadas entre representantes do Sinpro e do governo Roriz (foto acima). Diretores(as) e professores(as) ainda participaram de ocupações (direita) em órgãos públicos do Distrito Federal.

época, as redes sociais praticamente não existiam, então não tínhamos condições de divulgar nossas ações. Pensando nisso, a greve de fome dentro da Catedral, evidentemente, era uma tentativa de informar a cúpula da igreja católica para o que estava acontecendo. O Brasil, como o maior país católico do mundo, com uma greve de fome de professores dentro da Catedral da capital, achávamos que fosse possível que isso chegasse ao Vaticano em algum nível", relata.

Após um acordo no Ministério Público, a greve foi encerrada em frente à Catedral com diversas conquistas alcançadas, entre elas, a vitória de 10% de reajuste salarial, retorno do pagamento do auxílio-alimentação e a incorporação da Gratificação de Titularidade.

A técnica da greve de fome foi utilizada, inclusive, em outros momentos, como em 2017, para fazer com que o Executivo recebesse a comissão de negociação da categoria, um Grupo de Trabalho de Notáveis formado por representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e por deputados federais e senadores.

O Plano de Carreira foi conquistado graças à luta de toda a categoria e fruto da capacidade de articulação e negociação do Sinpro.

Categoria conquista melhor Plano de Carreira do país

Unidade da categoria garantiu um conjunto de avanços no ano de 2007, fruto da unidade e da capacidade de articulação do sindicato e dos(as) professores(as) e orientadores(as). Um dos principais avanços foi o piso salarial, que valoriza a formação continuada

O Plano de Carreira do Magistério Público do DF é garantido pela Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, resultado de uma ampla luta e fruto da capacidade de articulação e negociação do Sinpro-DF, sempre Com Você. Nosso plano de carreira passou a ser considerado um dos melhores do país no ano de 2007 (Lei nº 4.075/07), justamente pelo conjunto de avanços que ele representou.

O principal eixo de destaque do atual Plano de Carreira foi o piso salarial, que entre o 3º e o atual Plano de Carreira tem incorporado gratificações, asse-

gurando a todos(as) uma melhor aposentadoria. De acordo com a diretoria do Sinpro-DF, o atual Plano conta com um piso forte e com um processo de progressão financeira que valoriza a formação continuada e garante condições para que o(a) profissional se qualifique e alcance avanços no decorrer da carreira.

A luta que deu origem ao melhor Plano de Carreira da categoria teve início em 2007, quando professores e professoras realizaram várias paralisações ao longo do ano, até a aprovação do Plano de Carreira, sendo negociado reajuste igual ao do Fundo Constitucional, que seria 19,98% para os anos seguintes. Mas em 2009, o governo quis dar o calote no percental (19,98%) e após a greve do 1º semestre, o GDF parcela os 15% e paga 5% e 10% em 2010.

O então governador José Roberto Arruda acatou o pleito da categoria, porém, quando veio a correção do cálculo do Ministério da Fazenda, esse valor foi para 15%. De acordo com Antônio Lisboa, o erro fez com que acontecesse uma nova greve com a distribuição de milhares de faixas nas cidades com os dizeres "essa família apoia a luta dos professores". Diante da pressão, o governo teve que ceder estratégia e o plano foi implementado

Um avanço da coordenação pedagógica nos dois planos (4075/07 e 5.105/13) versa sobre o conceito do que seja a coordenação, evitando a partir desta definição, que professores(as) tenham de substituir colegas ausentes no horário de planejamento e formação.

O piso salarial foi o eixo principal da luta pelo Plano de Carreira, que garante, entre outras coisas, a progressão financeira e a garantia de condições aos(às) professores(as).

Movimento paredista de 2011 mostrou força, unidade e garra dos(as) educadores(as). Uma das lutas era por aumento salarial

52 dias de luta e novas conquistas

Em um cenário de guerra para a categoria, força e unidade garantiram reajustes salariais, um novo Plano de Carreira e a incorporação da TIDEM

No dia 3 de maio de 2013, era publicada no Diário Oficial a Lei nº 5.105/13, sancionada pelo governador. A lei que reestrutura as carreiras dos(as) professores(as) continha vários benefícios, entre eles reajuste salarial e a incorporação definitiva da Gratificação de Dedicação Exclusiva (Tidem). "A greve de 52 dias não foi qualquer coisa. Foram dias de muita luta, de muitas atividades, de mobilização da categoria, porque uma greve de professores não mobiliza só a categoria, mas toda a sociedade do DF. Um verdadeiro momento de tensão para todos e todas. Mas foi nesse momento que conquistamos nosso Plano de Carreira, trazendo resultados importantes para a categoria. Trouxe um reajuste e conseguimos incorporar nossa Tidem", relembra a diretora do Sinpro Berenice D'arc.

Em uma das assembleias realizadas no período, a categoria exigia, além do Plano de Carreira, um Plano de Saúde, Gestão Democrática nas escolas públicas e a convocação de concursados(as).

Assembleias lotadas em frente à Praça do Buriti sempre foram nossa resposta para a intransigência do governo

Período foi marcado por uma série de campanhas e atos contra a tentativa de retrocessos imposto pelo governo Rollemberg. Um deles foi a vigília realizada na Catedral de Brasília, em 2017.

Nenhum direito

Últimos quatro anos foram marcados por uma série de campanhas que enalteceram a luta pelo respeito aos direitos da nossa categoria. **Rollemberg Mente**, **Maria Morreu** *e* **E agora, Rodrigo?** *foram alguns dos projetos criados pelo Sinpro*

No início de 2015, a categoria realizou uma paralisação de uma semana para exigir o pagamento dos salários atrasados e não iniciou o ano letivo. Essa ação forçou o governo a pagar férias, 13° salário e o próprio salário atrasados dos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais. No fim do ano, a categoria realizou 29 dias de greve e durante protesto, realizado no Eixo Rodoviário, professores(as) foram agredidos(as) e presos(as) pela Polícia Militar.

No mesmo ano o Sinpro-DF denunciou e foi às ruas contra a reforma do Ensino Médio, contra a PEC nº 241/2016 e a PEC do Fim do Mundo – que congelou os investimentos no setor social do Estado por 20 anos e tinha como objetivo o golpe de Estado contra a presidenta Dilma.

Rollemberg Mente

Em 2016, realizamos a campanha **Rollemberg Mente** numa outra fase das mobilizações permanentes contra o descumprimento das leis salariais do funcionalismo público.

A companha **Rollemberg Mente** tinha um caráter de diálogo com a comunidade escolar. Tinha o

Categoria fechou o Eixo Monumental em uma das manifestações contra retrocessos e em respeito aos direitos dos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais.

a menos

objetivo de fazer uma disputa de projeto de Estado, que garantisse os direitos das pessoas e dos serviços públicos de qualidade, valorizando seus profissionais, assegurando os serviços públicos e privados com bons empregos e liberdades, combatendo as desigualdades sociais ou um Estado que governasse para a camada de cima, negligenciando os serviços, descuidando da educação e da saúde públicas, e mantendo privilégios da elite. "A campanha dialogou com essa ideia sobre que governo e qual Estado a população queria para o DF e para o Brasil. Também denunciou a ação comum de governos neoliberais de mentir para justificar um programa impopular", explica o coordenador da Secretaria de Imprensa do Sinpro, Cláudio Antunes.

Maria Morreu

Antes de começar o ano de 2017, ainda no fim de 2016, o governo ilegítimo de Michel Temer apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016, da reforma da Previdência. Era um projeto de total destruição da Seguridade Social Pública do Brasil para transformar o direito à aposentadoria em mercadoria a ser explorada pelo sistema

Acesse o QR Code e confira o vídeo comemorativo de 40 anos do Sinpro-DF

A campanha Rollemberg Mente, que utilizava um porquinho inflável no formato de cofrinho, denunciava que o governo mentia ao dizer que não tinha recursos. Já a campanha Maria Morreu (foto abaixo) colocava em evidência a defesa da Previdência Social pública e do Sistema de Seguridade Social.

financeiro e pelas empresas privadas de fundo de pensão e de previdência complementar.

A defesa da Previdência Social Pública e do Sistema de Seguridade Social passou a ser a luta dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as) em 2017. Em janeiro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) decidiu, em seu congresso, que o dia 15 de março seria a data para início da greve nacional da educação em defesa da Previdência Social e da aposentadoria.

No DF, lançamos, no mesmo dia, a campanha **Maria Morreu**. A Esplanada dos Ministérios amanheceu com os ícones da campanha: dezenas de cruzes e um imenso ataúde no gramado em frente ao Congresso Nacional com os dizeres: "Maria morreu sem se aposentar". Nesse dia, o movimento sindical do DF se reuniu com muitas categorias de outros estados e de todas as centrais sindicais e realizou um dos maiores protestos já vistos na frente ao Ministério da Fazenda.

Em 2019 o Sinpro dá prosseguimento à campanha contra a reforma da Previdência com a apresentação de Michele, que se junta a Maria, primeira personagem da campanha publicitária do sindicato. A protagonista é uma professora que, num cenário hipotético de aprovação da PEC 006/2019 do atual governo, foi impedida de se aposentar e morreu sem adquirir o direito. Michele, que é irmã de Maria, também morreu sem se aposentar pelo mesmo motivo. O significado da iniciativa foi mostrar e sensibilizar as pessoas sobre a gravidade que a proposta representa, com regras tão rígidas e desumanas que a grande maioria da população vai chegar ao fim da vida e terá, infelizmente, o mesmo destino de Michele e Maria.

E agora, Rodrigo?

O Sinpro e toda a categoria intensificaram o debate público sobre que governo e que Estado a população de Brasília gostaria de ter. Para isso, lançou a campanha **E agora, Rodrigo?**, denunciando de novo todos os problemas da gestão Rollemberg e mostrando os problemas das políticas neoliberais, e apontando soluções para isso.

Mais uma vez o governo Rollemberg usou da truculência e da criminalização do movimento sindical e entrou na Justiça contra a campanha. Não nos intimidamos com essa ação, e no tribunal, vencemos o debate.

O ano de 2017 foi repleto de mobilizações no Brasil e em Brasília, que chegaram a reunir mais de duzentas mil pessoas na Esplanada dos Ministérios contra as políticas neoliberais

Campanha E agora, Rodrigo denunciou os problemas da gestão Rollemberg. Um dos pontos denunciados foi a falta de orientador educacional da rede pública de ensino.

Acesse o QR Code e confira os impactos da reforma da Previdência

CENTRO EDUCACIONAL 01
CENTRÃO
ISONOMIA

Categoria desenho VIII

que haja mulheres e homens

ISONOMIA

CALOTE NÃO
MALDADES CONTRA SERVIDOR
SINPRO

POLÍCIA MILITAR
CALOTE

Profissão Professor
CONSTRUINDO CAMINHOS

MARIA MORREU SEM SE APOSENTAR
É ISSO QUE O GOVERNO QUER DE VOCÊ
SINPRO

ISONOMIA 18%

Diretoria colegiada do Sinpro
Triênio 2016-2019

Profissão Professor

CONSTRUINDO CAMINHOS

SINPRO
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL
Filiado: CUT CNTE
DF
40 ANOS
CUT BRASIL
CNTE